



O que eles dizem, o que eles fazem: a construção do inimigo vermelho e anticomunismo na ditadura civil-militar brasileira

Daniel Trevisan Samways¹

Resumo:

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) foi marcada pela violência e perseguição a todos aqueles que se colocaram contra o governo e seus atos, bem como a suspeitos de envolvimento com doutrinas tidas como perigosas, como o comunismo e o socialismo. Entende-se neste estudo, que o período foi marcado por certo sentimento de paranoia e medo em relação a esse inimigo dos valores ocidentais, visto como o “outro” e portador de todas as características negativas. Em uma oposição “nós” e “eles” “bem e mal”, este outro deveria ser eliminado da cena política para a manutenção da ordem e de valores como a democracia e a livre iniciativa. Este estudo busca inicialmente analisar esses sentimentos de medo e paranoia dentro da sociedade brasileira e a seguir analisar uma das publicações do Serviço Nacional de Informações (SNI), chamada *Comunismo Internacional*.

Palavras-chave: Anticomunismo, ditadura, repressão, violência.

What they say, what they do: the construction of the red enemy and anticomunism in the Brazilian military dictatorship.

Abstract:

The Brazilian military dictatorship (1964-1985) was marked by violence and persecution of all those who stood against the government and its acts, as well as suspected of involvement with doctrines regarded as dangerous as communism and socialism. It is understood in this study that the period was marked by a certain sense of paranoia and fear regarding this enemy of Western values, seen as the "other" and bearer of all the negative characteristics. In an opposition "us" and "them," "good and evil", the other should be eliminated from the political scene for the maintenance of order and values such as democracy and free enterprise. This study aims to initially analyze these feelings of fear and paranoia within Brazilian society and then examine one of the publications of the National Information Service (SNI), called *Comunismo Internacional*.

Keywords: Anticomunism, dictatorship, repression, violence.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

O comunismo é intrinsecamente mau, e não se pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a Civilização Cristã.²

Jornais e revistas que deveriam se opor a toda campanha desenvolvida pelos comunistas, diretamente, ou através de suas 'FRENTES', como inocentes úteis 'infiltrados' ou mesmo atraídos pelo dinheiro que lhes é oferecido, atuam eficientemente (para os comunistas) na Campanha Anti-Guerra, nova

denominação da surrada 'Campanha pró Paz', desencadeada pela URSS, logo após a 2ª Grande Guerra. (...) Não dizem e repetem o que, desde há muito é sabido, que os comunistas com suas Campanhas pró Paz e Campanha Anti-Guerra, desejam desarmar material e espiritualmente o Mundo Ocidental para facilmente dominá-lo.³

2

1. Introdução

O Brasil vivenciou entre os anos de 1964 e 1985 uma ditadura civil-militar, na qual a liberdade e os direitos individuais foram duramente reprimidos em prol da defesa da nação e do combate à subversão. O estudo deste período, marcado pela violência e pelo arbítrio, causa ainda certo mal estar em nossa sociedade, que busca o esquecimento dos crimes cometidos outrora. Na tentativa de criar uma sociedade harmoniosa, documentos permanecem em caráter de sigilo e implantou-se uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, impedindo assim, que torturadores sejam punidos pelos excessos cometidos no passado.

A ditadura civil-militar brasileira é, atualmente, objeto de inúmeras pesquisas, além de ser analisada de diferentes formas e acompanhando também as mudanças dentro do campo historiográfico e das ciências sociais.⁴ Dentre as inúmeras facetas que este período pode nos mostrar, esse artigo busca compreender o discurso produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), permeado pela paranoia e pelo medo, sobre os

² Papa Pio XI. *Encíclica Divini Redemptoris*, de 19 de março de 1937.

³ *Comunismo Internacional*. Nº 06, junho de 1970. Pasta nº 305. Topografia 33. Arquivo Público do Paraná.

⁴ Para um melhor esclarecimento sobre as diferentes análises do regime militar, ver DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *1964: Temporalidade e interpretações*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. pp. 15-28.

comunistas e sobre sua doutrina, o comunismo, através de uma publicação de circulação interna, chamada *Comunismo Internacional*, produzida a partir de 1970, a qual informava seus leitores sobre o perigo do comunismo e suas ações em escala mundial. Busca-se entender a forma como o comunismo e os comunistas eram analisados por esse serviço de inteligência e as representações feitas sobre este “outro”, visto como inimigo da nação e, em que medida, as informações produzidas sobre o comunismo contribuíam para o funcionamento da repressão. *Comunismo Internacional* pode ser visto como uma tentativa por parte do SNI em informar vários órgãos do governo, bem como parcelas da sociedade civil, com dados a respeito do comunismo, almejando que estes realmente acreditassem neste perigo. Por certo, esta produção também está inserida em um contexto mais amplo de embates no campo político e ideológico.

Uma das questões levantadas pelos defensores dos direitos humanos, pesquisadores e por aqueles que sofreram diretamente a violência durante a ditadura civil-militar, é a motivação de tamanha brutalidade contra os opositores do governo. Em que medida, torturadores e todo o aparato repressivo acreditavam que realmente estavam salvando a nação e combatendo um poderoso inimigo, pintado com todas as características negativas e perigosas? Ou por outro lado, apenas estariam cumprindo ordens de seus superiores e já não acreditavam na força e no aspecto maléfico dos comunistas? Torna-se difícil mapear a existência de uma suposta apatia desses “operários da violência”⁵ no exercício da repressão e que cometiam tais atos apenas almejando melhorias e benefícios na carreira ou mesmo por um prazer sádico pelo sofrimento alheio. Porém, não se pode afirmar que todos os militares acreditavam que esse “outro”, entendido aqui como o subversivo, era realmente a representação do mal. Por outro lado, entende-se que a preocupação dos órgãos de informação, ao produzir um material de cunho anticomunista, era fazer crer que o perigo vermelho ganhava cada vez mais força.

⁵ O termo “operários da violência” foi utilizado por HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, Philip G. *Operários da violência: Policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 2006.



1. Perigo do comunismo para a América. “É isso amanhã. América sob o comunismo.” Publicação produzida pelo *Catechetical Guild Education Society* em 1947.

O anticomunismo não surgiu, por certo, durante a ditadura civil-militar, remontando a períodos anteriores, especialmente às décadas de trinta e quarenta, quando os comunistas passaram a se articular de forma mais intensa, causando temor não apenas no governo, mas também no meio religioso, na classe empresarial e no meio militar. Um exemplo disso pode ser visto na publicação de 1947 *É isto amanhã: América sob o comunismo*, produzida pela *Catechetical Guild Education Society*, um grupo religioso do Minnesota, Estados Unidos. Com mais de quatro milhões de cópias, a história em quadrinhos mostra o grande perigo de uma infiltração dos comunistas na América. Na capa, percebe-se a violência empreendida pelos comunistas contra homens e mulheres e o caos que estavam trazendo para a sociedade americana. Além dessas figuras violentas, aparecem também seres sombrios, cobertos por mantos que remetem a um caráter maléfico dessas criaturas. Entre as décadas de trinta e sessenta, foi muito recorrente a associação entre comunismo e forças nefastas e, em casos mais extremos, demoníacas. (MOTTA, 2002 e RODEGHERO, 2003). A chegada dos militares ao poder em 1964, com a participação de setores da sociedade civil, representou um fortalecimento do anticomunismo e um aumento do poder repressivo do Estado, podendo ser também compreendido como um *terrorismo de Estado*. (PADRÓS, 2008). Na tentativa de proteger a nação do perigo da subversão, de defender a ordem, a moral e

os bons costumes, os militares colocaram o país em uma guerra psicológica, fortalecendo sentimentos como a paranoia e o medo, buscando inculcar nas mentes a noção de que o país estava em eminente risco e perigo, no qual conceitos como *bem* e *mal* foram fortemente trabalhados.

Se de um lado o governo buscava informar a população sobre os riscos do comunismo, como, por exemplo, no *Decálogo da Segurança*, onde se lia que “os terroristas jogam com o medo e o pânico. Somente um povo prevenido e valente pode combatê-los” (MAGALHÃES, 1997), de outro, buscava informar também seus próprios agentes e colaboradores de como agiam os subversivos. Se o medo e a paranoia eram fortalecidos na população, essa atitude também se fez presente no próprio meio militar. Tornava-se fundamental para o bom funcionamento do aparelho repressivo não apenas informar a população, fazendo com que a mesma agisse em favor do governo, mas também mostrar para os próprios executores das ações repressivas, o aspecto perigoso do comunismo. Sem esse aparato, que nos remete ao campo dos imaginários políticos, conseguiriam os chefes da nação e os altos comandos militares, uma obediência quase cega de seus subordinados no que concerne à execução da violência? Torturariam e assassinariam supostos subversivos com tanta violência, se não acreditassem que estavam combatendo e eliminando aqueles que realmente deveriam morrer? Segundo o cientista político Juan Linz,

(...) a grande pergunta escrita nos muros das prisões, e que não tem resposta fácil. Por quê? Por que o terror tomou as formas que tomou, e como foi possível criar o maquinário para implementá-lo, e por que ninguém foi capaz de impedir? (LINZ Apud PEREIRA, 2010, p. 51).

Torna-se importante neste estudo, esclarecer alguns conceitos, como *medo*, *paranoia*, *apatia* e *terrorismo*, tentando assim, relacioná-los com os vinte e um anos da ditadura civil-militar brasileira, impregnada pelo ódio e pela violência. Cabe ressaltar que a ditadura civil-militar não foi um bloco monolítico, em um coro em uníssono contra o comunismo, tampouco caracterizou-se por uma unidade de pensamento. (MARTINS FILHO, 1995 e CHIRIO, 2012). Entendemos que *Comunismo Internacional* não foi a única produção com caráter anticomunista, tampouco uma produção isolada no que tange a criar uma espécie de paranoia dentro do sistema repressivo. Produções com esse conteúdo no período de ditadura civil-militar foram relativamente amplas, com livros editados pela Biblioteca do Exército, sejam eles produzidos aqui ou no exterior, como *O jovem e a subversão*, *A Nação que salvou a si*

mesma, A tomada do poder⁶, além de uma infinidade de informes, relatórios e comunicados, enviados para todo o país, que demonstravam o perigo comunista. Por certo, para melhor compreender as representações feitas a respeito dos comunistas, *Comunismo Internacional* torna-se um valioso exemplo.

2. A construção do medo

A chegada dos militares ao poder em 1964 marcou o início de uma ditadura, a qual perdurou por longos vinte e um anos. Baseados em um ideal de defesa da nação e em uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), os militares, com o apoio de setores da sociedade civil, implantaram um regime de violência e autoritarismo, com a justificativa de que subversivos e aliados do comunismo internacional colocavam em risco a segurança nacional e os valores democráticos. Para Juan Linz os governantes e agentes repressores deste período não estariam imbuídos de uma ideologia, mas antes de uma mentalidade autoritária. Linz define o caso brasileiro como “autoritário burocrático-militar” afirmando que este caracteriza-se por:

(...) uma coalizção, na qual oficiais das Forças Armadas e burocratas ocupam uma posição predominante, mas não detém poder exclusivo, estabelece o controle do governo excluindo ou incluindo outros grupos sem se comprometer com uma ideologia específica, agindo pragmaticamente dentro dos limites de sua mentalidade burocrática e sem criar ou permitir que um único partido de massa desempenhasse um papel dominante, são o mais frequente subtipo. (LINZ, 1980, p. 149).

A análise de Linz deve ser analisada com cautela ao afirmar que os militares e os civis não estariam comprometidos com uma ideologia específica. Mesmo os militares não moldando as consciências e impondo uma forma de pensamento a toda população, muito característico dos regimes totalitários, os golpistas e posteriormente aqueles que assumiram o governo, foram motivados pelo anticomunismo e pela ideologia de combate a tudo que se associasse a subversão e ao comunismo.

No contexto da Guerra Fria e para os setores mais conservadores, a defesa dos valores democráticos, cristãos e morais estava diretamente ligada ao combate às teorias comunistas e ao legado marxista, que pregava uma melhor distribuição das riquezas e o fim das classes sociais. Estas teorias causavam medo no mundo ocidental, que

⁶ Segundo Lucas Figueiredo, a editora do exército (BIBLIEX) publicou várias obras de cunho anticomunista, as quais denunciavam, por exemplo, técnicas comunistas de politização e aliciamento de jovens. FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 77.

acreditava no aumento cada vez maior deste “perigo vermelho”. Dessa forma, é fundamental pensar no golpe civil-militar em 1964 como parte de um contexto mais amplo, no qual os Estados Unidos, em crescente tensão com o bloco socialista, contribuíram para disseminar o medo, além, é claro, de dar apoio técnico e teórico para exércitos de países latino americanos. (HUGGINS, 1998). Com a ideia de que o continente poderia ser tomado pelos comunistas, os Estados Unidos buscaram fortalecer o exército e a polícia desses países, além de apoiar e ajudar na implantação de ditaduras em boa parte da América Latina, como Brasil, Equador, Argentina, Peru, Chile, aliando-se a facções políticas “mais dóceis aos seus interesses econômicos e políticos.” (BANDEIRA, 1997, p. 84).

Se por um lado a intervenção militar no Brasil e na América Latina deve ser pensada dentro deste contexto maior, e diretamente ligado à política de Guerra Fria, na qual as lembranças da Revolução Cubana faziam-se muito presentes, não se pode deixar de lado as especificidades nacionais e a realidade brasileira no período, bem como o papel desempenhado pela Igreja Católica. O anticomunismo brasileiro foi também analisado pelo próprio governo estadunidense, sendo muitas vezes criticado por uma suposta tolerância dos brasileiros, aliados a uma falta de sistematicidade do combate ao comunismo no Brasil. (RODEGHERO, 2007, p. 99).

Entende-se que o anticomunismo e a visão negativa que se fazia do comunismo, uniu diferentes setores da sociedade em torno de um mesmo ideal, o de proteger a nação, e pode ser compreendido como um fator importante em momentos de ruptura na sociedade brasileira. Para Rodrigo Patto Sá Motta,

(...) as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a 'ameaça comunista' foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda. (MOTTA, 2002, p. XXIII).

Não se restringindo a essas conjunturas específicas, acredita-se aqui, que o anticomunismo foi também fundamental durante o período mais repressivo da ditadura, principalmente entre os anos de 1968 a 1975 e que, baseado nele, os militares conseguiram angariar apoio de parte da sociedade civil.⁷ Baseados neste

⁷ É importante ressaltar que regimes autoritários contaram com apoio de diversos setores da sociedade ao longo do século XX e que, após o retorno à democracia, foi se construindo uma memória que buscava isentar a sociedade civil. ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

anticomunismo, o governo decidia quem deveria ser excluído da cena política para o bem da nação. Esta vontade soberana de decidir quem deveria ser extirpado para o bem de todos e realizada em nome de todos, foi a marca da ditadura civil-militar brasileira.

Os militares apresentaram-se como os legítimos detentores da autoridade, demonstrando dentro do campo político o caráter perigoso do inimigo. O campo político é marcado por uma disputa constante entre os detentores da verdade, os quais estão influenciados por valores ideológicos e por aquilo que podemos denominar de paixões políticas. Esses valores estão intimamente ligados aos conflitos sociais, tornando-se pertinente

(...) analisar de que modo a violência simbólica pode transpor um conflito social e contribuir para a sua conformação, de que modo pode mobilizar as energias e participar diretamente no desenvolvimento dos confrontos, de que modo intervém para interiorizar o conflito através dos diferentes agentes sociais. (ANSART, 1978, p. 10).

As ideologias teriam o papel de legitimar determinadas atitudes de quem detém o poder e também o de mostrar as razões dessa autoridade. Em contrapartida, se produz um discurso que torna o inimigo ilegítimo. Torna-se necessária a divulgação dessa ideologia, que seria ineficaz sem uma publicidade inteligível, onde os significados não são apresentados somente sobre as formas de discurso ou de forma escrita, mas também através de imagens, cartazes, caricaturas, onde se eleva uma ideologia e diminui outra.

A ideologia política acaba por designar o sentido dos atos coletivos, o verdadeiro sentido, apontando para um modelo de sociedade legítima e indicando aqueles que seriam os verdadeiros detentores da autoridade, a quem todos deveriam respeitar. Essa autoridade traçaria os rumos para essa sociedade, em um fim ideal e os meios para alcançá-lo. (ANSART, 1978, p. 36). As ideologias afirmam a necessidade de uma adesão sincera e não uma simples obediência, sendo a legitimação sinônimo de confiança, admiração e identificação, em oposição à invalidação, que seria o desprezo, o ódio e a raiva. Dessa forma, ao se aderir a uma ideologia, não se deve apenas obedecer aos líderes, mas admirá-los, respeitá-los, entender que eles serão os condutores para um futuro melhor, sendo os legítimos detentores da autoridade, além de exercer uma defesa da própria ideologia, combatendo formas contrárias de pensamento, invalidando outras possibilidades, sentindo ódio e desprezo por aqueles que estão no campo oposto. O campo político ditatorial demonstra bem esses embates apaixonados, onde o inimigo

político é sempre visto de forma negativa, sendo necessária sua invalidação e deslegitimação. Todavia, esse campo político e ideológico é marcado por uma disputa em se estabelecer a verdade e onde os atores políticos criam discursos para recordar a ilegitimidade do inimigo simbólico, além de colocarem-se como ecos de uma causa muito maior, fazendo entender que suas intervenções são apenas meios acessórios para a instauração de um poder conforme os verdadeiros valores. Colocam-se como representantes de uma vontade nacional, como os únicos legítimos para deter a autoridade.

Dentro desse campo, no qual existe a identificação com seus pares e a repulsa ao seu inimigo, mas também existem as reconciliações, reaproximações, é importante entender que as identidades, individuais ou coletivas, acabam sendo influenciadas e ganhando sentido através do componente afetivo, onde “as identificações e as identidades fazem parte das ações políticas e ajustam-se às situações específicas. Uma afirmação identitária pode tanto favorecer a confiança em si como a agressividade em relação ao outro.” (ANSART e BRESCIANI, 2002. p. 9).

Entendendo a produção de um discurso no meio social, marcada pelo embate entre setores antagônicos, podemos afirmar que essa disputa ideológica está inserida em um campo que seria o ponto de convergência entre esses agentes rivais, pois:

A produção dos bens simbólicos visa, em primeiro lugar, a audiência, a escuta; trata-se de ser ouvido, de estabelecer com o público uma relação pontual, confirmando ou ampliando uma comunicação anterior. Ao mesmo tempo, e sem que tais finalidades sejam decomponíveis, trata-se, para o locutor, de confirmar sua existência, de dar de si uma imagem favorável e do rival uma imagem negativa, de conquistar apoio. (ANSART, 1978. p. 80)

Nesse campo político e ideológico, os militares apresentaram-se como os detentores de uma verdade e de valores positivos, os quais estariam baseados na defesa do país, bem como da proteção dos valores justos e morais. Do lado oposto, segundo esses militares, encontravam-se os comunistas e os subversivos, portadores do mal e de todas as características negativas. Nesse período, pode-se afirmar que existiu também a inversão desta visão, pois os comunistas também entendiam-se como detentores de uma verdade e dos valores justos para a sociedade, buscando acabar com as desigualdades sociais e viam seus opositores como os únicos portadores do mal, além de serem os causadores dos grandes problemas da nação.

3. A produção da informação

Se os militares se colocaram como os representantes e defensores de uma causa maior, também contribuíram para disseminar a noção de um perigo eminente, de uma guerra psicológica, de um complô internacional que visava derrubar as estruturas do mundo ocidental. Permeados por um sentimento de paranoia, o qual acabou também se disseminando por toda a sociedade, os militares enxergavam o perigo comunista em praticamente tudo. Logo após o golpe, em 13 de junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) através da lei 4.341/64, que buscava levantar e produzir informações que serviam de base para o aparelho repressivo, e segundo esta comunidade de informações:

(...) os jornais, as emissoras de TV, o cinema e o teatro estariam dominados por comunistas, subversivos e licenciosos: os jornalistas eram acusados de obedecerem às diretrizes do 'movimento comunista internacional'; os escritores, diretores e atores de TV e teatro, segundo os papéis da comunidade, tentavam doutrinar o povo com 'ideologias alienígenas' ou corrompiam-se com pornografias. Vale a pena discernir o entendimento da comunidade de informações sobre atividades dos meios de comunicação, não tanto pelo que de grotesco há, mas pelo caráter representativo de suas avaliações, que expressam, em bruto, os preconceitos mais recônditos de alguns setores da sociedade brasileira. (FICO, 2001, p.166).

O comunismo estaria disseminado por toda a sociedade, tornando imperiosa qualquer medida de combate. Todos poderiam tornar-se suspeitos em potencial, a partir de determinados comportamentos ou atitudes, bem como do olhar preconceituoso e temeroso dos setores mais conservadores. Na imagem 2, observamos um cartaz que apresenta supostos terroristas e o risco que representavam para a sociedade e para as famílias. Era necessário o combate a esse inimigo, o qual poderia usar vários disfarces e, por isso mesmo, estar infiltrado em lugares comuns, planejando insurreições contra o governo, além de ser um risco para a população. O combate ao comunismo também caracterizou-se pelo apelo a mensagens relacionadas à defesa da família e da moral.



2. Acusados de terrorismo pela ditadura

Mesmo sendo um órgão de informação, alguns dos agentes do SNI acabaram se envolvendo em atividades de busca e prisão, fazendo também parte do aparelho repressivo. Entre suas ações,

(...) o SNI interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escutas telefônicas e acompanhava a vida das pessoas, fossem adversários políticos e suspeitos de subversão, fossem integrantes da equipe governamental. Infiltrava pessoas tanto nas organizações clandestinas quanto nos organismos legalizados de oposição ao regime, como era o caso do MDB. (ANTUNES, 2008, p. 221).

Dentre as informações produzidas, destaca-se uma produção mensal de circulação interna, chamada *Comunismo Internacional* produzida a partir de 1970 pela Agência Central do SNI. Esta publicação, com aproximadamente 180 exemplares, era distribuída para a Presidência da República, Escola Superior de Guerra (ESG), Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), Divisões de Segurança e Informações (DSI) de ministérios civis, Ministério da Aeronáutica, Exército e Marinha, ao Superior Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal Militar (STM), autoridades

eclesiásticas, como o arcebispo de São Paulo, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, às Secretarias de Segurança Pública e Polícia Militar de vários estados e aos Departamentos de Ordem e Política e Social (DOPS) dos estados. A elaboração de tal material, além de informar, fazia crer que este inimigo tinha realmente um grande poder e que o mesmo deveria ser conhecido e vigiado constantemente, tornando-se necessário conhecer o modo como agiam, seus hábitos e suas características. Além dessa produção sobre o modo de ser do comunista, era importante, na ótica do governo, conhecer como o movimento comunista se encontrava em outros países.

Estas publicações se iniciavam com frases de comunistas conhecidos, como Fidel Castro, Che Guevara, entre outros, tendo como título “Conheça o inimigo: o que ele faz e o que ele diz”. No entender dos militares, os comunistas possuíam um discurso sedutor, porém perigoso. A seguir, um calendário com datas importantes naquele mês informava as datas em que deveria ser tomada uma atenção maior, podendo ocorrer atividades destes comunistas em protesto à ditadura, como no Dia do Trabalho, Independência do Brasil, Abolição dos Escravos. Seguiam-se então, alguns textos gerais sobre o comunismo e suas características, para depois uma análise de sua atuação em diversos países, divididos por continente.

O medo e a paranoia dotavam este inimigo de um poder muito maior, com um alcance mundial, estando em todas as partes. Estes comunistas estariam subvertendo a ordem, sem que a sociedade percebesse. Para esta comunidade de informações,

(...) Jornais e revistas deveriam se opor a toda e qualquer campanha desenvolvida pelos comunistas, diretamente ou através de suas 'frentes', como inocentes úteis, 'infiltrados' ou mesmo atraídos pelo dinheiro que lhes é oferecido, atuam eficientemente (para os comunistas) na Campanha Anti-Guerra, nova denominação da surrada “Campanha pró Paz” desencadeada pela URSS, logo após a 2ª Grande Guerra.

(...) A imprensa publica artigos dessa espécie e se omite completamente de dizer que é imperioso para o Mundo Ocidental que seja executada e desenvolvida a política de contenção 'do monstro comunista, impedindo sua escalada'.

Não dizem e repetem o que, desde há muito tempo é sabido, que os comunistas com suas 'Campanhas pró Paz' e 'Campanha Anti-Guerra', desejam desarmar material e espiritualmente o Mundo Ocidental para facilmente dominá-lo.⁸

Em momentos de crise ou mesmo de incertezas, mitos políticos, como o comunismo e seu complô mundial, são reforçados, ganhando adesão no corpo social e

⁸ *Comunismo Internacional*. Nº 06, junho de 1970. p. 1.2. Pasta nº 305. Topografia 33. Arquivo Público do Paraná.

sendo também insuflados por aqueles que colocam-se no campo oposto como os salvadores. E de que forma esses mitos são trazidos à tona e trabalhados? A quem ou a que fazem referência para ganhar maior respeitabilidade ou mesmo ressonância? Não basta apenas criar ou elaborar a ideia de um complô, mas também conectá-los a valores negativos e obscuros, sendo evocados através de pesadelos, como o:

(...) medo dos porões tenebrosos, das paredes sem saída que se fecham, das fossas escuras de onde não se sobe de novo; medo de ser entregue a mãos desconhecidas, de ser roubado, vendido ou abandonado; medo enfim, do ogro, dos dentes, dos dentes carniceiros dos animais de presa, de tudo que tritura, despedaça e devora. (GIRARDET, 1987, p. 57).

13

Ao buscar compreender de que forma os mitos ganham associação com o real, e passam a ser dotados de grande força no meio social, Girardet entende que eles também podem conduzir ao delírio e a paranoia. Como uma força que estaria presente em toda a sociedade, que com seus mil olhares clandestinos e com uma mão invisível conduziria para a desgraça, o mito político coloca o indivíduo em uma temível rede de malevolência, da qual praticamente não encontra saída.

Durante a Guerra Fria, os militares viam na URSS e na China os maiores perigos, pois os mesmos teriam planos de conquista mundial, almejando expandir o comunismo por todo o planeta. Em todas as edições de *Comunismo Internacional* estas duas “potências comunistas”, como eram chamadas, tinham um capítulo específico. Por outro lado, em meio ao crescimento de movimentos de contra-cultura e do aumento no consumo de drogas, os militares atribuíam a culpa ao comunismo, que tinha como plano entregar a juventude às drogas. Segundo sua visão:

Uma das armas mais sutis e sinistras do comunismo consiste em sua persistente atividade de corromper os costumes para debilitar o mundo democrático.

A maior parte da produção de ópio e seus derivados é originária da China, e através de inúmeros canais clandestinos esparrama-se pelo mundo, produzindo lucros fabulosos e causando a desagregação das sociedades não comunistas.

Um mundo dissoluto, entregue a drogas estupefacientes e alucinantes, não possui energia e integridade moral, indispensáveis para enfrentar a ameaça comunista.⁹

O texto fazia referência às resoluções secretas da 1ª Conferência Tricontinental, realizada em Havana, em 1966, e uma delas afirmava que era necessário:

⁹ *Comunismo Internacional*. Nº 09 Setembro de 1970. p. 1.4. Pasta 306. Topografia 33. Arquivo Público do Paraná.

Apoiar resolutamente a campanha a favor das drogas, baseando-a no princípio do respeito aos direitos individuais.

Manter completamente separados os quadros do partido dos canais de tráfico de narcóticos, de maneira que essa fonte de receita não possa ser vinculada a ação revolucionária; entretanto, devemos combinar a insuflação do medo à guerra atômica, com o pacifismo e com a desmoralização da juventude através do estímulo ao uso dos alucinógenos.¹⁰

Tendo como base um jornal estrangeiro, que publicara tal resolução secreta desta Conferência, mas que de alguma forma tornou-se pública, os militares confirmavam os planos comunistas para destruir a juventude ocidental. Utilizava-se uma fonte jornalística para corroborar as teorias de um complô subversivo que buscava causar a degradação dos valores morais.

Costuma-se acreditar que o serviço de repressão e informação era exercido por pessoas de uma limitada intelectualidade, constituindo-se em órgãos formados por alienados e ignorantes. Por certo, muitos atos militares, seja no campo da repressão, informação e censura, foram motivados por uma grande falta de conhecimento da realidade ou mesmo por uma suspeita demasiada de que o comunismo estaria em vários setores da sociedade. Mas por outro, muitos militares eram também intelectuais a favor do regime, não se envolvendo nas atividades repressivas e violentas. Esses militares anticomunistas além de citarem conhecidos filósofos, também estavam em contato com informações e textos jornalísticos produzidos em todo o mundo, os quais eram utilizados para depreciar o comunismo. Ao afirmar que esses comunistas se utilizavam de um nacionalismo anti-ianque em seu benefício, mostravam que:

Fenômenos econômicos são transformados em questões emocionais. A miséria não é uma consequência do atraso técnico, situação de tipo pré-capitalista, mas resultado da maldade dos ricos. Há miséria porque há ricos, porque há injustiça, porque a Igreja Católica é inoperante, porque as Forças Armadas defendem os interesses das classes dominantes. Colocam assim, sob forte ataque, as bases principais de nossas instituições. Sobre esse fundo emotivo, os comunistas atuam visando a criar aversão ao capitalismo, ao qual se acusa de promotor e causador da injustiça social. Procuram-se criar antinomias Povo-Classes dominantes, Nação-Imperialismo Estrangeiro. Ao lado dessa corrosão econômica e política, o comunismo apela, em sua ação de amaciamento, para a debilitação e quebra dos valores morais da sociedade. Todas as formas do materialismo mais grosseiro são vestidas com roupagens científicas. Milhares de jovens são conquistados para o comunismo graças aos mais variados métodos de corrupção, viagens ao estrangeiro, subvenções, apelo a candidatos estudantis, etc...

A par de tudo isto, um impiedoso ataque a quantos resista à infiltração. Parte

¹⁰ *Comunismo Internacional*. Nº 09 Setembro de 1970. p. 1.4. Pasta 306. Topografia 33. Arquivo Público do Paraná.

essencial da tática comunista, nesta etapa, será a difusão do critério do Determinismo Econômico, segundo o qual os fenômenos sociais, políticos, jurídicos, filosóficos e artísticos constituem apenas a superestrutura da sociedade que não é senão o reflexo do processo econômico – verdadeira infra-estrutura, este. O mundo ocidental buscou nos valores espirituais e nos grandes mananciais do espírito todo seu poderio. O progresso econômico foi produto das ideias, do pensamento, da tensa elaboração intelectual dos homens. Impõe-se rechaçar o determinismo econômico dos comunistas e basear a luta num terreno eminentemente espiritual. (...) É fundamental a defesa da filosofia cristã e o estabelecimento das nossas próprias 'forças fundamentais', como a Propriedade Privada, a Igreja Católica, as Forças Armadas e outra de grande importância: a teoria e prática do Interamericanismo.¹¹

Se esses militares demonstravam conhecer as supostas táticas de subversão, sejam elas de caráter pacifistas ou de incentivo ao consumo de drogas, conheciam também a linguagem marxista. Esses produtores da informação e de conhecimento dentro dos órgãos de inteligência, distanciados muitas vezes das atividades de repressão, acabavam por elaborar um material que indicava a leitura de várias obras e também publicações estrangeiras. Se esses militares não giravam o dínamo que produzia descargas elétricas nos torturados, acabavam indiretamente contribuindo, em certa medida, para que ele fosse acionado.

Ao longo de toda a publicação, podem ser percebidos dois ideais distintos, mas que se complementam. Primeiro, demonstrar a força deste inimigo e como ele se espalhava por todo o mundo de uma forma silenciosa, como em artigos intitulados “A aproximação da 'Al Fatah' à China Comunista”, “A subversão e o terrorismo: Desmoralização da Polícia e do cidadão”, “O interesse da URSS pela América Latina”. Segundo, mesmo dotando este inimigo de força, os militares o associavam a práticas imorais, como a pornografia, a produção e o incentivo ao consumo de drogas, o apoio ao sexo e ao amor livre. Para os militares, estas táticas visavam destruir as estruturas do mundo ocidental, facilitando a sua conquista pelos comunistas.

Os textos presentes em *Comunismo Internacional* são um reflexo do pensamento da época em relação ao perigo comunista. Os agentes dos serviços de informações realizavam cursos no Brasil e no exterior, com conteúdos que tratavam, além de operações técnicas de escutas telefônicas e grampos, do caráter subversivo e perigoso do comunismo. O treinamento do agente secreto visava prepará-lo para o combate à subversão (QUADRAT, 2012), mas também para que pudesse propagar

¹¹ *Comunismo Internacional*. Nº 01 janeiro de 1971. p. 1.8. Pasta 307. Topografia 33. Arquivo Público do Paraná.

mensagens de mobilização da opinião pública, criando falsos boatos.¹² Esse treinamento na Escola Superior de Guerra (ESG) e depois na Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1971, ou ainda na Escola das Américas, no Panamá, buscava reforçar no agente o sentimento anticomunista e também que ele conseguisse reproduzir esse discurso. A publicação do SNI é um dos exemplos da reprodução desse anticomunismo, o qual pode também ser entendido como um dos fundamentos da violência durante a ditadura civil-militar. A perseguição ao subversivo tornava-se justa no entender do aparelho repressivo.



3. Violência durante a ditadura civil-militar brasileira.

4. Conclusões

O sentimento de paranoia existente em muitos governos totalitários ou autoritários acaba também por causar a violência. Se existe o inimigo, torna-se fundamental para aqueles que se encontram no poder eliminá-lo. Com a sociedade ou os valores pertinentes a ela ameaçados, a justificativa de defendê-los conduz, por certo, a ações de violência e terror. Nestes períodos, toda a sociedade é passível de sofrer com atos de terrorismo, aqui entendido como um terrorismo de Estado. Todos são passíveis de estarem contra a ordem estabelecida, e por isso mesmo, a espionagem contra todos torna-se fundamental. Em regimes de caráter totalizante ou mesmo autoritário, o inimigo, no entender do governo, pode esconder-se sob suas próprias barras. Por outro

¹² *Ação educativa contra a Guerra Revolucionária*. Unidade II – mobilização da opinião pública - propaganda e boato. Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. X9.0.TAI.1/19. p. 25.

lado, entende-se que a violência não se restringe apenas ao físico, mas também pode ser entendida como uma violência relacionada ao psicológico, no qual entram as ameaças, suspensões dos direitos e também o esquadramento da vida privada, devendo ser de conhecimento do próprio governo, ou também sendo usada por este para obter informações.¹³ A vida privada deve, nestes regimes autoritários, ser investigada para atestar a idoneidade dos cidadãos e demonstrar que estes são dignos de fazerem parte do corpo social. Desta forma, o terrorismo acaba por fazer parte destas sociedades com a justificativa última de defendê-las, de proteger os seus próprios cidadãos do mal.

Diferentemente do extermínio em massa, a ditadura civil-militar brasileira optou por uma forma de terrorismo, buscando silenciar uma parte específica da sociedade, aquela mesma identificada como subversiva. Assim,

(...) o terrorismo surge de modo mais exato: *o atentado*, ato de violência que é sua expressão característica, concentra-se num ponto limitado no tempo e no espaço, visando um objeto cuidadosamente selecionado, ainda que este seja uma multidão anônima e transeunte. (DADOUN, 1998, p. 35).

Ao buscar compreender a lógica do terrorismo, pode-se afirmar que ele é atravessado por uma violência dupla. A primeira voltada para o interior do próprio grupo terrorista. Seria uma violência densa e fusional, que encontra sua razão de ser no clarão do próprio ato. A segunda, ao se espalhar pela sociedade, seria uma violência mais nebulosa, mais cega e difusa. O ato terrorista ou violento, dessa forma, atende a dois objetivos: eliminar o seu alvo ou fazê-lo falar e ainda fazer silenciar o inimigo. (MAGALHÃES, 2001, p. 70).

Ao se apresentar como o motivo último de um projeto revolucionário, além de justo, o ato terrorista encontra coro na organização social, na qual a violência recolhe a esperança. Desta forma, para Roger Dadoun, a violência é formada por um triângulo terrorista, no qual podem ser percebidos três elementos:

(...) o Grupo, o Sistema, a Massa. Entre eles realizam-se estranhos e problemáticos cruzamentos que poderíamos esclarecer com a ajuda de uma analogia com a estrutura do psiquismo. Centrado, concentrado sobre si mesmo, egocêntrico, narcisista, pretendo autonomia e identidade, o Grupo corresponderia convenientemente ao Eu, instância da consciência, da iniciativa, do domínio, do discurso; valor dinâmico, coerente e da posteridade. O Grupo se dirige contra o Sistema, que poderia representar o

¹³ Entende-se que a obtenção de informações de caráter privado, como hábitos sexuais, foram também usadas para conseguir informações em interrogatórios como forma de intimidar ou mesmo desestruturar o interrogado.

Superego, pois ele profere proibições, dita a lei e a norma, detém a autoridade e impõe a repressão. O Grupo e o Sistema, dualidade belicosa e armada, visam juntos um terceiro termo, que é a Massa – ou 'povo', 'proletariado', 'nação', 'comunidade', etc. - força bruta, inconsciente, reservatório de energia, que compararíamos validamente ao Isso. O Grupo afirma trabalhar – ele que é Eu, consciência, vontade, Cabeça – pela totalidade do Corpo social, que é massa e inconsciência... (DADOUN, 1998, p. 38).

Ao fazer analogia do sistema exposto acima com a ditadura civil-militar brasileira, Marion B. Magalhães, entende o *Eu* como governo, sendo enquadrados neste conceito tanto a elite responsável pelo sistema repressivo como o próprio torturador, que representaria ou se imaginaria representante do próprio governo; o *Superego* como os subversivos, ao qual são atribuídos pelo sistema de informações e repressão uma força muito maior do que a do próprio governo; e o *Isso*, o qual não representaria a massa ou a população, mas sim a ordem. Para a autora, havia tanto a identificação do subversivo como terrorista, além de uma obsessão do governo pela ordem. (MAGALHÃES, 2001, p. 70)

Por certo, a ditadura civil-militar brasileira valeu-se deste terrorismo de Estado como forma de violência, tanto para a obtenção de informações, ao torturar física e psicologicamente seus acusados, como para eliminar seus inimigos, vistos como prejudiciais à ordem. Este terrorismo de Estado está ligado diretamente à ideia e aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, para a qual, o cidadão não deve se realizar enquanto pertencente a uma classe social, ou mesmo como indivíduo, mas sim como pertencente a uma comunidade nacional coesa, a qual o potencializa e viabiliza a satisfação de suas demandas. Desta forma tudo aquilo que apontar em contrário desta coesão nacional, e mostre antagonismos sociais, é visto como nocivo à nação. Os indivíduos identificados a estas ideologias, vistas como estranhas e também diferente das locais, foram tratados como inimigos perigosos da unidade nacional, pois não compartilhavam das mesmas aspirações e ideais desta elite local. (PADRÓS, 2008, p. 144). Neste sentido, a Doutrina de Segurança Nacional associou “diretamente o 'subversivo', portador de tensões e 'contaminado' por ideais e influências estranhas (externas), ao comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento com a ordem vigente.” (PADRÓS, 2008, p. 152). Todavia, não se pode afirmar que existia uma coesão ideológica dentro do governo militar e que essa Doutrina de Segurança Nacional era percebida por todos os executores da repressão da mesma forma. Por outro lado,

pode-se afirmar que existia nesse período uma mentalidade autoritária em determinados setores das Forças Armadas, os quais ocupavam postos de alto comando. A ausência de uma coesão ideológica não impediu, por certo, que medidas autoritárias fossem empregadas contra milhares de cidadãos. Segundo relatório produzido no projeto *Brasil: Nunca mais*, entre os anos de 1964 e 1979 mais de 17 mil pessoas passaram pelos bancos da justiça militar; 7.367 foram formalmente acusadas; 3.613 pessoas foram presas; 1.843 declararam terem sido torturadas na prisão e cerca de 400 pessoas foram mortas ou desapareceram. (FIGUEIREDO, 2009, p. 43).

O terror de Estado, baseado nestas ideias de unidade nacional e também no que pregava a Doutrina de Segurança Nacional, atuou na América Latina durante as décadas de 1960 e 1980, como uma guerra contra-insurgente, sendo classificado como um terrorismo de grande escala, a partir do centro do poder estatal. Este modelo de terror estatal, muitas vezes é obrigado a transpor os marcos ideológicos e políticos da repressão legal, recorrendo muitas vezes a métodos não convencionais e desproporcionais de violência, para conter oposições, sejam elas armadas ou desarmadas. O alcance destes atos abrangeu toda a sociedade, pois nenhum setor dela permaneceu imune ou não se sentiu ameaçada por esta forma de violência. (PADRÓS, 2008, p. 153).

Porém, onde se buscaria informações para a execução destas medidas repressivas ou mesmo para melhor identificar o inimigo? Quais as representações feitas deste “outro”, visto como inimigo da nação e perigoso para a manutenção da ordem? Em que medidas tais informações sobre o “outro” contribuíam para o funcionamento dos aparelhos repressivos, mas também para insuflar o medo e a paranoia dentro do próprio governo?

Se a ditadura civil-militar buscava seu apoio na esfera do econômico, com a defesa da propriedade e da livre iniciativa, além de defender o desenvolvimento tecnológico, ela também valeu-se dos temores e anseios de toda uma sociedade, bem como dos seus próprios subordinados. Talvez sem esse trabalho de manipulação, os militares não encontrariam sustentação para permanecerem vinte e um anos no poder, nem tampouco elaborariam e executariam práticas tão assustadoras de violência.

Em certa medida, pode-se afirmar que o século XX trouxe um novo tipo de racionalidade, aqui entendida como racionalidade instrumental, a qual busca um controle sobre a natureza e sobre os homens, mas permite também extermínios em massa, bem como a eliminação daqueles que supostamente atrapalhariam o bom

desenvolvimento da sociedade. Eugène Enriquez, afirma que o século XX optou por uma racionalidade instrumental levada ao extremo, resultando em um mundo onde só tem o direito de viver aquele que se adequar a categorias como o fiel, o apropriado, o integrado e que encontra seu lugar neste universo funcionalizado. Este mesmo século fez surgir também um novo tipo de homem, um tipo de homem diferente do sonhado pelo Iluminismo e pelo século XIX. Nasce assim, um homem paranoico ou apático, muitas vezes oscilando entre os dois, os quais são assassinos em potencial, além de representarem as duas faces do ódio. (ENRIQUEZ, 2001, p. 21-23).

Este novo homem paranoico está inserido em uma sociedade que se pretende pura e repulsa tudo aquilo que possa contaminá-la, minando assim a ordem social. Vendo no estrangeiro, no estranho, no exótico, não integrado, não adequado, aqueles que elaborariam os mais perniciosos complôs contra a sociedade. A nação corre assim, o risco de ser invadida, de ter seus mais preciosos valores destruídos por aqueles que vêm de fora ou brotam de dentro desta mesma sociedade, não se adequando a ela. Para se defender, “o que há de melhor do que o ataque e o extermínio àqueles que querem destruir a 'felicidade estabelecida'?” (ENRIQUEZ, 2001, p. 23). Entende-se dessa forma, que os militares, baseados em fundo de representações presente na sociedade brasileira, buscaram reforçar a imagem do comunismo como algo prejudicial à sociedade. Este feito não foi atingido por uma única publicação, como *Comunismo Internacional*. Os militares produziram uma infinidade de documentos, relatórios e livros que se destinavam a esse fim, ou seja, inculcar nas mentes de agentes da repressão e de informação, bem como de toda a sociedade civil, que os comunistas estariam prestes a ocupar o país, subvertendo a ordem e comunizando o Brasil. Toda essa produção de caráter anticomunista, permeada por um sentimento de paranoia, a qual atribuía uma força enorme ao inimigo político, legitimava atos de violência. Não se afirma que todos os executores da violência agiam motivados pela leitura destas informações, mas antes, que estas podem ser um indício do pensamento autoritário, violento e paranoico que tomou conta de uma parcela do governo militar, envolvida em crimes de tortura e assassinatos.

O conhecimento desse passado torna-se importante para nossa sociedade, mesmo que muitos desses militares tentem esconder seus atos e apagar seus vestígios. Porém, muitos desses registros continuam a existir. Devemos, assim como Pandora, insistir em manter aberta a caixa que outros querem fechar. Segundo Beatriz Sarlo,

(...) a pretensão dos militares, de virar a página já escrita da história, pode ser acatada em certas instâncias. Mas não em outras: as palavras são, de fato, testemunhas informantes. Fedem mas não apodrecem, não se desintegram. (SARLO, 2005, p. 33).

Mesmo que as sociedades não possam viver em uma lembrança nítida e perfeita desse passado, não é possível eliminar essa lembrança, seria impossível esquecer por completo. Ante os cães do esquecimento, "estão as certezas e as dúvidas daquilo que já se escreveu." (SARLO, 2005, p. 34)

Fontes das imagens:

1. Perigo do comunismo para a América:
<http://www.upf.edu/materials/fhuma/guerrafria/img/img1.jpg>
2. Acusados de terrorismo pela ditadura:
http://www.brasildefato.com.br/sites/default/files/Cartaz%20Procurados%201_0.JPG
3. Violência durante a ditadura civil-militar brasileira:
<http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/08/ditadura.png>

Bibliografia:

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Tradução Aurea Weissemberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____; BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação. In SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, Maria Stella e Brepohl (orgs). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

ANTUNES, Priscila. *Ditaduras militares institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile*. In: FICO, Carlos. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Arquidiocese de São Paulo (org). *Brasil: Nunca Mais*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BANDEIRA, L.A. Moniz. *O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional*. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DADOUN, Roger. *A violência: ensaio acerca do "homo violens"*. Tradução de Pilar Ferreira de Carvalho e Carmen de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *1964: Temporalidade e interpretações*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro, 1981.
- ENRIQUEZ, Eugène. *Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivo*. Revista História: questões & debates. Curitiba, PR: Editora da UFPR, v. 18, n.35. jul/dez. 2001.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho: os livros secretos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Cortez, 1998.
- _____.; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, Philip G. *Operários da violência: Policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 2006.
- MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl de. *A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 17, nº34, pp. 203-220, 1997.
- _____. *Campo de concentração: experiência limite*. Revista História: questões & debates. Curitiba, PR: Editora da UFPR, v. 18, n.35. jul/dez. 2001.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: UFSCAR. 1995.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Repressão e violência*. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUADRAT, Samantha Viz. *A preparação dos agentes de informações e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.19-41: jan/jun 2012.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Tradução Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Recebido em agosto de 2012
Aprovado em janeiro de 2013.